

ARTIGO

**Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares**

*Housing policy in the city of Belém (PA): study on housing adaptation multifamily types*

**Solange Maria Gayoso da COSTA<sup>1</sup>**

**Ana Kláudia de Almeida Viana PERDIGÃO<sup>2</sup>**

**Lilia Iêda Chaves CAVALCANTE<sup>3</sup>**

**Resumo:** O artigo apresenta resultados de pesquisa que investiga as dificuldades de adaptação das famílias às unidades habitacionais do tipo multifamiliar executadas na Comunidade do Riacho Doce e Projeto Taboquinha, no município de Belém. Para tanto, utilizou-se a pesquisa documental e de campo, com aplicação de questionário junto às famílias reassentadas. Os resultados demonstraram que 100% dos entrevistados indicaram haver alguma dificuldade de adaptação. O maior nível de satisfação com a casa atual está relacionado às boas condições sanitárias, ao material construtivo (alvenaria) e à legalidade do imóvel, enquanto que o maior nível de insatisfação refere-se às taxas condominiais, ao tamanho da cozinha, à área de serviço e os vícios de construção. Conclui-se que ao persistirem tais dificuldades, estas podem se constituir em uma variável indutora para nova mobilidade dos moradores.

**Palavras-chave:** Política habitacional. Padronização. Adaptação habitacional.

**Abstract:** The article presents research results that investigates what difficulties of adaptation of families to housing units of multifamily kind performed in the Community of the Riacho Doce and Taboquinha Project in the city of Belém. For this we used the documentary and field research with a questionnaire next to the resettled families. The results showed that 100% of respondents indicated that they had some difficulty in adapting. The highest level of satisfaction with the current home is related to sanitary conditions, building material (masonry) and Property law. While the highest level of dissatisfaction with the condominium fees, the size of the kitchen and service area and the construction defects. It concludes that these difficulties to persist, they may constitute an inducer variable for new mobility of residents.

**Keywords:** Housing policy. Standardization. Housing adaptation.

*Submetido em: 24/7/2015. Revisado em: 24/10/2015. Aceite em: 2/11/2015.*

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PGSS/ICSA/UFGPA, Brasil). E-mail: <solgayoso@ufpa.br>.

<sup>2</sup> Arquiteta. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professora da Faculdade de Arquitetura e urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFGPA, Brasil), CNPq. E-mail: <klaudiauufpa@gmail.com>.

<sup>3</sup> Assistente Social. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPTC/UFGPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social/Pós-Graduação em Teoria do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPTC/UFGPA, Brasil). E-mail: <liliaccavalcante@gmail.com>.

## 1 Introdução

A produção acadêmica dos cursos de Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA) sobre a execução de programas e projetos governamentais voltados à construção de habitação de interesse social, em áreas de assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém, tem constatado dificuldades de adaptação das famílias às tipologias das unidades habitacionais executadas pelo poder público<sup>4</sup>.

O aumento das taxas dos serviços, aliado ao alto grau de insatisfação com a unidade habitacional (UH) tem potencializado a mobilidade habitacional nessas áreas. Estudo realizado por Perdigão e Gayoso da Costa (2012, p. 114) identificou que as novas unidades habitacionais produzidas pelas intervenções governamentais na cidade de Belém seguem modelos habitacionais padronizados, sem atenção ao contexto cultural local, induzindo a maiores dificuldades na adaptação das famílias. Esse dado confirma evidências já apontadas pela literatura referente à avaliação da habitação de interesse social (HIS).

As intervenções governamentais voltadas à construção de unidades habitacionais têm seguido um modelo padronizado com tipologia unifamiliar térrea (casas com

---

<sup>4</sup> No ano de 2012, o projeto de pesquisa “O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá” foi aprovado no edital do CNPq/MICIDADES, e encontra-se em curso, agregando alunos de graduação e pós-graduação em serviço social, arquitetura e urbanismo e psicologia.

sala, quarto, cozinha e banheiro) ou edificações multifamiliares (prédios de apartamentos e sobrados), produzindo um espaço habitacional que desconsidera o modo de vida local. No caso das cidades amazônicas, a padronização da habitação nesse modelo tem se constituído numa das variáveis indutoras da alta rotatividade em áreas de reassentamento habitacional. Esse quadro geral se coloca como um campo de pesquisa importante para a reflexão sobre a política habitacional, podendo ser investigado continuamente, reeditado em suas várias possibilidades de apreensão do espaço habitacional como objeto de análise.

Neste sentido, este artigo descreve resultados preliminares obtidos no âmbito do projeto “O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá”, que investigou aspectos da adaptação habitacional em unidades multifamiliares construídas por intervenção governamental nas comunidades do Riacho Doce e Projeto Taboquinha, no município de Belém, Pará.

## 2 Política habitacional e avaliação pós-ocupação

A implementação da Política Nacional de Habitação (PNH) no Brasil foi marcada por períodos distintos e por impactos sociais diversos. O primeiro período pode ser identificado com a instituição de uma estrutura específica voltada para a política habitacional em 1964, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o

Banco Nacional de Habitação (BNH), que impulsionou uma mudança significativa no perfil das cidades brasileiras, promovendo a intensificação do processo de verticalização, de periferação e de expansão da rede de infraestrutura urbana, adotando um planejamento urbano tecnocrático e autoritário.

Após a extinção do BNH em 1986, sucedeu-se um segundo período marcado pela desestruturação do SFH e dispersão da política de habitação e saneamento. Institucionalmente, as responsabilidades foram distribuídas entre a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), passando para este último a responsabilidade e o controle do SFH.

Um terceiro período que marcou uma nova fase na Política Nacional de Habitação (PNH) remete à criação do Ministério das Cidades em 2003, que passou a ser o órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e incorporação da Política Habitacional, cuja prioridade voltava-se para a integração urbana de assentamentos precários e a provisão habitacional. A PNH passou a contar com um conjunto de instrumentos para sua implementação, tais como: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Programa de Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação Avaliação e Monitoramento da Habitação (SIMAHAB) e o Plano Nacional de Habitação.

Para avaliação da PNH, o governo federal passou a adotar como metodologia oficial a Avaliação Pós-ocupação (APO), estabelecendo uma orientação geral para aplica-

ção desse tipo de avaliação nas intervenções urbanísticas em assentamentos precários financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A APO já vem sendo utilizada como metodologia de avaliação de programas habitacionais desde a década de 1960 em países como Estados Unidos e Grã-Bretanha, como parte da evolução das pesquisas sobre as relações entre ambiente e comportamento (RAC). Segundo Ornstein (1993), a produção de pesquisas sobre APO aconteceu de forma bastante intensa. A autora especifica que em um levantamento realizado por Bechtel e Srivastava junto ao Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA, indicou, ao final da década de 1980 do século XX, mais de 1.500 APOs somente sobre habitação<sup>5</sup>.

No Brasil, a APO vem sendo utilizada com maior regularidade pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) desde o final da década de 1970, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Pelotas, desde 1984 (ORNSTEIN, 1993; MEDVEDOVSKI, 2002).

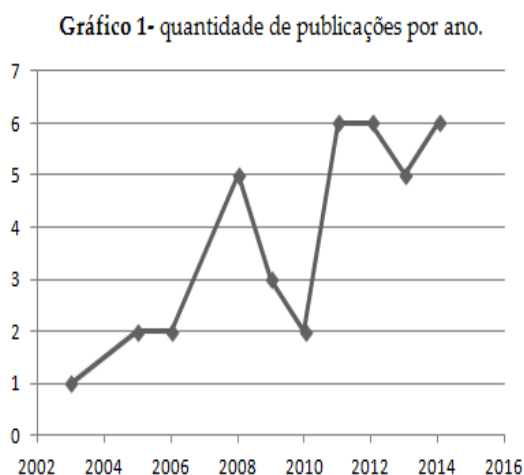
Nesse longo processo de aprimoramento da avaliação da habitação de interesse social, a APO consolidou-se como uma das metodologias mais adequadas ao conhecimento acerca do que realmente ocorre nos empreendimentos já executados e ocupados, tomando como referência a relação entre o morador e o ambiente construído, podendo subsidiar intervenções,

---

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento, ver Ornstein (1993) e Ornstein e Bruna (2004).

melhorias e programas de manutenção, além de indicar diretrizes para projetos futuros (PERES, 2002).

As pesquisas produzidas no Brasil sobre a avaliação da habitação de interesse social com uso da APO têm crescido em quantidade, fato identificado no estudo de revisão sistemática da literatura sobre APO realizada por Santos (2015), conforme demonstrado no Gráfico 1.



Nessa mesma direção, Galvão, Ornstein e Ono (2013) já haviam identificado que em diferentes regiões do Brasil foram organizados grupos de pesquisas que têm o enfoque nesta temática. Dentre a produção nacional, destaca-se a coletânea HABITARE/FINEP, organizada por Abiko e Ornstein (2002), na qual os diversos trabalhos apresentam resultados e recomendações sobre a habitação de interesse social. Além desses têm-se outros estudos cujas análises, de maneira geral, apontam resultados sobre a adequação ambiental e satisfação dos moradores com relação à unidade habitacional, sobre esses resultados que passaremos a tratar.

## 2.1 Habitação de interesse social e questões de adaptação: indicações gerais a partir dos estudos de APO

O padrão do projeto de urbanização baseado em conjuntos habitacionais foi adotado na política de habitação de interesse social centralizada pelo Estado Brasileiro desde a década de 1960, que privilegiava a produção quantitativa com soluções projetuais e construtivas repetitivas, tendo como base um planejamento tecnocrático, em que a participação das famílias que ocupariam as habitações não eram consideradas. Como já constatado por diversos estudos, grande parte desses conjuntos habitacionais constituiu-se em insucesso, ficando deteriorados em poucos anos de uso e sem atender às reais necessidades dos ocupantes (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003; GALVÃO; ORNSTEIN; ONO, 2013).

Mudou-se de século, contudo, o modelo projetado para a habitação de interesse social permanece inalterado: soluções projetuais e construtivas repetitivas, sem ou com pouca participação dos futuros ocupantes no planejamento e elaboração do projeto da unidade habitacional; reedição do planejamento de construção de grandes conjuntos habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Pode-se inferir que o principal resultado desse modelo é a fragilidade nas condições de permanência das famílias nas unidades habitacionais, conforme indicado nos estudos de APO que verificaram o grau de satisfação do morador com o ambiente construído.

Nesses estudos, a satisfação aparece como uma variável imprescindível para verificar a relação do usuário com o ambiente cons-

truído, por vezes determinando o uso e o desuso dos cômodos da UH (REIS; LAY, 1995), cujo grau de positividade e negatividade está diretamente relacionado à possibilidade de alterações e adequações no ambiente (OLIVEIRA *et al.*, 2009). Outras pesquisas constataram a importância da flexibilidade nos arranjos espaciais de projetos arquitetônicos, relacionada ao grau de satisfação do usuário (SANCHES; FABRÍCIO, 2009; LIMA, 2011; ALBUQUERQUE, 2011). Nessa mesma direção, Barboza; Barbirato; e Silva (2008) identificaram que nas plantas das unidades habitacionais é possível notar falhas graves de funcionalidade e a falta de flexibilidade, impossibilitando que as famílias adequem o ambiente às suas necessidades.

As pesquisas apontam ainda a inadequação da UH às necessidades das famílias, ao identificar o espaço físico diminuto para instalação de mobiliário básico, a quase inexistência da área de serviço – geralmente integrada à cozinha ou resumida ao tanque de lavar roupa – e a falta de espaço para estender as roupas (SANCHES; FABRÍCIO, 2009; LIMA, 2011; LOGSDON, 2012; VALE, 2012; SILVESTRE, 2013; THEOPHILO, 2014).

Outros estudos indicaram também a necessidade da instalação de atividades de geração de renda nas UH. Vale (2012) e Azevedo (2008) identificaram situações em que as UH projetadas para uso exclusivo residencial, em alguns casos, foram adaptadas para abrigar atividades comerciais e, em outros, perderam totalmente a sua função residencial, tornando-se espaços comerciais.

Outro resultado apontado pelos estudos de APO refere-se à forma-condomínio que predomina na produção da HIS. Medvedovski *et al.* (2005) constatou o colapso da gestão condominial resultante da impossibilidade dos moradores arcarem com os custos de manutenção dos espaços coletivos, gerando alto índice de inadimplência e conflitos de gestão e vizinhança. Estes aspectos também foram destacados na pesquisa realizada por Souza e Santana (2013), que identificaram a questão financeira como variável decisiva para a (in)permanência das famílias na habitação disponibilizada pelo poder público na cidade de Belém (PA). A análise de Valladares (1980) sobre os projetos habitacionais no Rio de Janeiro, construídos para abrigar a população remanejada, já apontava nessa mesma direção.

Em seus estudos sobre APO, que avaliaram projetos de HIS, Santos (2015), num exercício de síntese das evidências, apontou quatro principais impactos/resultados desse modelo de produção habitacional implementada pelo Estado: i) exclusão do direito à cidade; ii) (in)permanência das famílias nas UH; iii) insatisfação com a tipologia habitacional; iv) descumprimento/insuficiência das normativas dos programas habitacionais.

Essas inferências sobre as dificuldades e insatisfação dos moradores com a UH de dimensões insuficientes e de excessiva padronização, apontadas pelos resultados das mencionadas pesquisas em APO, indicam a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os efeitos do modelo de HIS reproduzido pelo Estado brasileiro. Foi nesse contexto que se realizou a pesquisa

na comunidade do Riacho Doce e Projeto Taboquinha, em Belém, com o objetivo de identificar as dificuldades de adaptação das famílias nas UH.

### **3 Produção habitacional na comunidade do riacho doce e projeto taboquinha: entre a casa própria e as dificuldades de adaptação**

Os projetos de urbanização e produção habitacional em execução nas comunidades do Riacho Doce e Projeto Taboquinha compõem o conjunto de intervenções realizadas no município de Belém, tendo como proponente a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), que assinou contrato com a CAIXA em 2007, via financiamento de recursos pelo Projeto Piloto de Investimento/Programa de Aceleração do Crescimento (PPI/PAC) na modalidade urbanização. A execução dos projetos iniciou no ano de 2008, contando, para isso, com cerca de 55 milhões de reais para investimentos na comunidade do Riacho Doce e 86 milhões na comunidade Taboquinha, com previsão de atendimento a 2.843 e 3.197 famílias, respectivamente<sup>6</sup>.

Trata-se de projetos de urbanização com prazos de execução diferenciados. A intervenção na comunidade do Riacho Doce é mais antiga. Teve início no ano de 2001, com recursos do Programa Habitar Brasil Bid (HBB), sob a responsabilidade da esfera municipal, sendo que em 2007 foi en-

campado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA), passando a compor o conjunto de projetos em execução no âmbito da Companhia. (COHAB, 2008b). O Projeto Taboquinha iniciou no ano de 2008. Ambos os projetos previram a construção de unidades habitacional multifamiliares (conjunto de blocos de apartamentos<sup>7</sup>) para reassentamento das famílias (COHAB, 2008b).

### **Materiais e métodos**

Trata-se de um estudo que faz uma abordagem quantitativa dos dados, com caráter descritivo. A investigação proposta tomou como referência os trabalhos de Avaliação Pós-Ocupação publicados no período de 2003 a 2014, com ênfase para as questões sobre a adaptação habitacional, e teve como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e de campo. Dentre os documentos pesquisados constam o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (BELÉM, 2001), Projeto de Trabalho Técnico Social Riacho Doce (COHAB, 2008a), Projeto de Trabalho Técnico Social Taboquinha (COHAB, 2008b), Plano de Remanejamento Riacho Doce (COHAB, 2011), Plano de Remanejamento Taboquinha (COHAB, 2011b), além dos cronogramas de reprogramação de obras e de trabalho social (COHAB, 2014a e COHAB, 2014b).

---

<sup>7</sup>As unidades habitacionais seguem o padrão sala/cozinha/área de serviço/banheiro e dois quartos, diferenciando-se pelo tamanho da área construída (52m<sup>2</sup> na Comunidade Riacho Doce e 43,03m<sup>2</sup> no Projeto Taboquinha) e pela presença de uma área no Projeto Taboquinha que é denominada pela COHAB como quintal, com acesso tanto para o apartamento do andar térreo quanto para o apartamento do andar superior.

---

<sup>6</sup>Dados do Ministério das Cidades (2004), Base de dados PAC/UAP - CHAMADA MCTI/CNPq/MCIDADES nº 11/2012. Disponível em: SNH/DHAB/DUAP/CAIXA/IBGE. Dados coletados em: 31 dez. 2012.

A pesquisa de campo foi realizada junto às famílias reassentadas. Entre as 32 famílias visitadas na Comunidade do Riacho Doce, 17 moradores aceitaram participar da pesquisa, o que representa uma amostra de 53,12%. No projeto Taboquinha, das 478 famílias, 137 concordaram em colaborar com a pesquisa, o que equivale a 28,66% do total. A escolha dos participantes obedeceu a dois critérios: o participante deveria ter pelo menos 18 anos de idade e possuir histórico de remanejamento e algum grau de responsabilidade sobre os membros da família. Quanto ao método de seleção da amostra, esta se deu por conveniência, na medida em que foram inseridos os moradores que aceitaram responder as questões contidas nos instrumentos utilizados pela pesquisa e que atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Do total de participantes da pesquisa, 83% são do sexo feminino e 17% do sexo masculino, possuem baixa escolaridade e renda média entre um a três salários mínimos.

Para a coleta de dados foi utilizado o Questionário de Adaptação Habitacional (QAH), originalmente denominado de Avaliação Pós-Ocupação (APO), que é um instrumento com abordagem multimétodo (quantitativa e/ou qualitativa dos dados), que possibilita a realização de uma avaliação rigorosa e sistematizada de unidades habitacionais após a sua construção e ocupação. O instrumento sofreu alterações, após o teste em pesquisa-piloto, possuindo hoje a seguinte configuração: I- Sociodemográfico (três subitens); II- Antes e Depois: comparativo entre a casa atual e a anterior (oito itens); III- Situação atual (sete itens); IV- Avaliação e perspectivas (seis

subitens). O instrumento conta com 72 assertivas, sendo que 36 delas representam questões que avaliam os níveis de satisfação a partir de uma escala *Likert* (ótimo, bom, regular, ruim), tendo vários itens considerados com esperada influência no processo de adaptação, permitindo ainda averiguar a percepção do morador em relação à casa anterior e à casa atual.

A coleta de dados teve início com a visita dos pesquisadores às unidades habitacionais, onde foram apresentados aos moradores os objetivos do estudo, assim como foi lido e assinado pelos informantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>8</sup>. O questionário foi aplicado uma única vez com cada morador que aceitou colaborar com a pesquisa, fornecendo informações sobre as questões trazidas pelo instrumento, referindo-se ora ao período anterior, ora posterior ao reassentamento habitacional. Após a coleta, os dados foram armazenados em um banco de dados estruturado no programa Excel 2002, Microsoft Office, o que permitiu gerar estatísticas descritivas, que foram posteriormente organizadas e apresentadas em tabelas.

## Resultados

A modalidade de remanejamento/reassentamento se diferencia nas duas intervenções. No Projeto Taboquinha, as novas unidades habitacionais são previamente construídas, e as famílias selecionadas para o remanejamento deixam a sua casa de origem e mudam-se diretamente para a nova unidade habitacional.

<sup>8</sup> Parecer do Comitê de Ética CAAE 21653814.4.0000.5172.

Na comunidade do Riacho Doce, as famílias são retiradas de suas casas térreas para abertura de área para a construção das unidades habitacionais e inseridas no programa de auxílio-moradia até a conclusão da obra. Os dados sobre auxílio-moradia apresentados na Tabela 1 são também representativos das ações de remanejamento iniciadas no ano de 2001<sup>9</sup>, com o deslocamento de 32 famílias, que receberam sua casa própria oito anos depois, em 2009, com a entrega de dois blocos de apartamentos, cada um com 16 unidades habitacionais.

**Tabela 1: Comunidade Riacho Doce: distribuição do número de famílias em auxílio-moradia por ano de inclusão.**

Ano	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Quantidade	32	48	259	13	07	18	37	382

Fonte: Belém (2001); COHAB (2011a); COHAB (2014a)<sup>10</sup>.

As outras 350 famílias ainda aguardam pela nova habitação, sem qualquer previsão de quando isso irá acontecer. Alguns relatos indicam que a condição de vida das famílias que estão nesta situação é

<sup>9</sup>Os primeiros remanejamentos de famílias ocorridos no ano de 2001 tiveram como causa um incêndio na comunidade do Riacho Doce, que desalojou inicialmente cerca de cem famílias. Para atendimento das famílias, a PMB construiu um alojamento provisório, onde ficaram abrigadas por cerca de um ano; forneceu cesta material de construção e acompanhamento técnico para algumas famílias reconstruírem suas casas; outras foram reassentadas em unidades habitacionais na comunidade do Pantanal e 32 foram incluídas no auxílio-moradia, enquanto aguardavam a construção das habitações.

<sup>10</sup>Dados enviados via ofício datado de dezembro/2014.

agravada pelo processo de empobrecimento e desestruturação dos laços familiares e abalos psicológicos.

Na Tabela 2 apresentam-se os dados sobre o tempo de moradia na unidade habitacional, sendo possível constatar que, dentre as unidades habitacionais entregues há um percentual considerável de repasse da casa a terceiros, de aproximadamente 65% no Riacho Doce e 23% na Taboquinha.

**Tabela 2: Tempo de residência das famílias nas unidades habitacionais.**

Variável	Riacho Doce		Taboquinha	
	Freq.	%	Freq.	%
Menos de 5 anos	11	65	31	23
Acima de 5 anos	6	35	106	77
<b>Total</b>	17	100	137	100

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os motivos para o **repasse** da unidade habitacional são diversos, e vão desde as dificuldades financeiras para custear a nova moradia até a não adaptação ao modelo de habitação multifamiliar. Dentre esses, há casos em que relatam dificuldades para manter a sua atividade econômica, conforme pode ser observado na Tabela 3.

**Tabela 3: Comunidades Riacho Doce e Taboquinha: desenvolvimento de atividade comercial na residência: comparativo entre a casa anterior e a casa atual.**

Variável	Riacho Doce		Taboquinha					
	Casa Anterior	Casa Atual	Casa Anterior	Casa Atual				
	Freq.	%	Freq.	%				
Sim	13	82	4	18	45	33	32	23
Não	4	18	13	82	92	67	105	77
<b>Total</b>	17	100	17	100	137	100	137	100

Fonte: Elaborado pelas autoras.



De acordo com os dados da pesquisa houve uma inversão na situação da renda familiar. Na comunidade do Riacho Doce, enquanto na casa anterior 82% das famílias podiam desenvolver a sua atividade comercial, na casa atual há uma queda brusca desse percentual, e somente 18% ainda conseguem desenvolver alguma atividade comercial. A mesma tendência se repete na comunidade da Taboquinha, onde se observa que apenas 23% das famílias ainda conseguem desenvolver as atividades de renda na sua habitação. Dentre as atividades mais citadas pelos entrevistados estavam os pequenos comércios destinados à venda a varejo, que não puderam ser mantidos nos apartamentos.

Com relação às dificuldades de adaptação à nova habitação, 100% dos entrevistados apontaram alguma dificuldade, havendo maior incidência daquelas próprias da vida em condomínio, como as taxas e regras condominiais; e do tamanho dos cômodos do apartamento, conforme aponta a Tabela 4.

Tabela 4: Avaliação sobre o tamanho e disposições dos ambientes.

Variável	Riacho Doce			Taboquinha		
	% Positivo	% Negativo	N.S.A	% Positivo	% Negativo	N.S.A
Tamanho da casa	53	47	-	54	46	-
Tamanho da cozinha	12	88	-	32	68	-
Tamanho do banheiro	53	47	-	54	46	-
Tamanho da sala	65	35	-	65	35	-
Tamanho dos dormitórios	59	41	-	74	26	-
Tamanho da área de serviço	12	71	17	53,3	45,2	1,5
Disposição dos cômodos	47	47	6	56	44	-

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A avaliação dos entrevistados sobre o tamanho da sala e do quarto foi positiva. Verificou-se que 65% e 59% dos morado-

res no Riacho Doce e 54% e 46% entre os que residem no Projeto Taboquinha consideraram, respectivamente, que esses cômodos têm um bom tamanho, talvez por isso sejam os mais utilizados na casa atual, conforme pode ser observado na Tabela 5.

No Riacho Doce, os dados sobre a dificuldade com a área de serviço é reforçada pela avaliação dos entrevistados sobre o tamanho dos ambientes, onde 71% apontaram uma avaliação negativa desse cômodo e outros 17% não souberam avaliar, dada a dificuldade em utilizá-la devido ao seu tamanho minúsculo. Essa tendência também pode ser observada no Projeto Taboquinha, onde 45,2% afirmam estar insatisfeitos com a área de serviço. Vale destacar que o tamanho da área de serviço se apresenta como um fator de grande insatisfação dos moradores, muitos dos quais foram deslocados de casas mais amplas e com quintais.

Outro ambiente que aparece entre os mais utilizados é a cozinha (Tabela 5). No quesito tamanho não foi bem avaliada pelos entrevistados, sendo que 88% dos moradores no Riacho Doce e 68% na Taboquinha (Tabela 4) fizeram uma avaliação negativa desse cômodo, já que a cozinha da casa anterior atendia às suas necessidades diárias. O tamanho do banheiro recebeu uma avaliação positiva, considerado bom por 53% e 54% dos moradores, respectivamente. Quanto à distribuição dos cômodos, a avaliação positiva e negativa teve o mesmo percentual, sendo 47% no Riacho Doce e aparece com maior percentual de avaliação positiva na Taboquinha (56%).

**Tabela 5: Avaliação sobre uso dos ambientes: qual o ambiente mais utilizado?**

Variável	Riacho Doce		Taboquinha	
	Freq.	%	Freq.	%
Quarto	4	24	19	14
Quarto e sala	0	0	1	1
Sala	8	47	62	45
Cozinha	4	24	32	23
Banheiro	0	0	1	1
Cozinha/quarto	1	6	0	0
Cozinha e sala	0	0	9	7
Área de Serviço/quintal	0	0	0	0
Casa toda	0	0	7	5
Não soube responder	0	0	6	4
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>137</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os dados sobre o uso dos ambientes no Riacho Doce e Taboquinha confirmam os resultados já apontados na literatura anteriormente apresentada sobre a avaliação da HIS, quanto à insatisfação com o diminuto espaço físico das UH, sendo o maior grau de dificuldades de adaptação com relação à área de serviço e a cozinha. Em estudo sobre a representação da casa para os moradores do Riacho Doce, Gayoso da Costa (2009) identificou que a cozinha é um ambiente de uso coletivo intrafamiliar, na qual é costume reunir todos os membros das famílias, inclusive aqueles que não residem na mesma habitação, mas dependem da solidariedade da rede familiar para a sua sobrevivência. Tal fato evidencia que a alimentação também é compartilhada. Por isso, a cozinha não pode ser tão pequena.

O tamanho da casa recebeu avaliação positiva de mais de 50% em ambos os projetos. Contudo, outros entrevistados (47% no Riacho Doce e 46% na Taboquinha) consideraram o tamanho da casa como regular (Tabela 5). Na avaliação das autoras, este último percentual pode ser considerado alto quando se trata de aceitação de tipologias/modelos e adaptação habitacional. Tal afirmação é corroborada pela resposta obtida dos entrevistados à seguinte questão: **Você sente falta de espaço para desenvolver alguma atividade na sua casa?** Neste aspecto, 59% dos moradores do Riacho Doce e 56% da Taboquinha responderam que sim – que sentem falta de mais espaço para o desenvolvimento de alguma atividade: 12% e 15%, respectivamente, sentem falta de mais um cômodo na área interna; e 47% e 34% se ressentem de mais espaço no ambiente externo, como quintal, por exemplo.

Com vistas à avaliação de natureza qualitativa adotou-se uma caracterização geral que permitisse compreender melhor as motivações que conformam as atividades humanas em relação à habitação. Mostra-se a percepção dos entrevistados quanto à casa anterior, ao remanejamento e à casa atual, na situação de reassentamento. Foram realizadas duas perguntas abertas sobre “o que gosta” e “o que não gosta” em ambas as casas. As respostas foram diversas e apontaram para as percepções do gostar e não gostar envolvendo questões subjetivas, como também avaliações sobre os ambientes interno e externo – o entorno, o bairro, as condições de saneamento, dentre outros. Para efeito de análise, as respostas foram agregadas em categorias, quais sejam: i) centrada na pessoa, para as respos-

tas cuja percepção do “gostar” e “não gostar” está ligado a ele próprio e a outras pessoas; ii) centradas no ambiente, classificação utilizada para as respostas relacionadas às condições sanitárias e ambientais nas quais a habitação está inserida e, ainda, à organização espacial do ambiente interno e o tamanho dos cômodos da casa; iii) centradas no ambiente/pessoa, para as respostas que envolvem as condições ambientais e pessoais, cuja percepção não torna clara as respostas centradas na pessoa nem no ambiente; seus limites são ambíguos e também aparecem nos aspectos positivo e negativo.

Em relação à percepção dos entrevistados da comunidade do Riacho Doce sobre “o que gosta” e “o que não gosta” na sua casa anterior, os dados apontaram que 59% das respostas para “o que gosta” estavam centradas no ambiente e 35% no ambiente/pessoa. Resultados semelhantes foram observados no Projeto Taboquinha, onde 50% das respostas para “o que gosta” estavam centradas no ambiente e 48% no ambiente/pessoa, enquanto que 71% (Riacho Doce) e 56% (Taboquinha) apontam que não gostavam do ambiente da casa anterior, conforme a Tabela 6. No geral, o “gostar” refere-se à vizinhança; ao conforto térmico proporcionado pela casa de madeira; ao tamanho da casa, que dispunha de uma “área boa para serviços” e a presença do quintal. E o “não gostar” refere-se ao estado físico do imóvel, com a madeira desgastada pelo tempo e as condições sanitárias e insalubres próprias das áreas alagadas e/ou alagáveis.

Tabela 6: Demonstrativo das respostas que equivalem às categorias “centrado no ambiente”, “centrado na pessoa” e “centrado no ambiente/pessoa” na casa anterior e na casa atual.

Variável	Riacho Doce				Taboquinha			
	Casa anterior		Casa atual		Casa anterior		Casa atual	
	Gosta (%)	Não gosta (%)	Gosta (%)	Não gosta (%)	Gosta (%)	Não gosta (%)	Gosta (%)	Não gosta (%)
Centrado na pessoa	0	6	6	0	1	5	5	7
Centrado no ambiente	59	71	76	100	50	56	54	52
Centrado no ambiente/pessoa	35	18	12	0	48	37	37	41
s/r	6	6	6	0	1	2	2	0
	100	101	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para os moradores do Riacho Doce, nas respostas sobre “o que gosta” e “o que não gosta” na sua casa atual, os resultados apontam para a insatisfação das famílias com a nova casa. Como pode ser observado na Tabela 6, 100% dos entrevistados relacionaram a sua insatisfação com a casa ao ambiente, confirmando as dificuldades de adaptação à tipologia da casa multifamiliar. Este resultado pode ser confirmado, ainda que no primeiro momento pareça contraditório, ao observamos que os 76% dos entrevistados cujas respostas para o “gostar” na casa atual também estão centrados no ambiente, referindo-se às condições sanitárias da moradia atual, ao tipo de material construtivo da nova unidade habitacional e a sua atual condição social de proprietário legal do imóvel.

Para os moradores da Taboquinha, em relação à percepção do “gostar” e “não gostar” na casa atual, observa-se maior

equilíbrio nas respostas, em que 54% e 52% dos entrevistados afirmam que o “gostar” e o “não gostar” da casa está centrado no ambiente. O “gostar” refere-se ao material construtivo da casa, em alvenaria e sua localização em área seca, distante do alagado. O “não gostar” corresponde à má qualidade do material construtivo (foram apontadas a existência de infiltrações nos apartamentos), ao tamanho da casa e a não existência de quintal.

Portanto, a pesquisa permitiu verificar que, para além da fragilidade econômica das famílias para arcar com as despesas advindas da nova habitação, outras determinações ligadas ao ambiente da casa refletem no grau de satisfação e adaptação à nova moradia, sendo, em alguns casos, decisivos para o repasse da casa.

Sobre as pesquisas em área de reassentamento em Belém, Perdigão (2005) identificou menores índices tanto das modificações nas unidades habitacionais construídas quanto na venda das unidades habitacionais, quando as famílias puderam optar e intervir nas decisões do projeto e na construção da habitação. A autora considera o Remanejamento CDP, em Belém (PA), um exemplo de “[...] prática que considerou além das vivências intencionais dos usuários, as vivências espaciais de natureza psico-afetiva representadas pelas casas anteriores, inclusive as da cidade natal.” (PERDIGÃO, 2005).

#### 4 Conclusão

A pesquisa realizada sobre a adaptação dos moradores às unidades habitacionais no município de Belém confirma os resul-

tados identificados nos estudos de APO sobre habitação de interesse social realizados em outras regiões do país. Corroborando, ainda, com a tese de que as habitações padronizadas anulam as referências espaciais, acumuladas na autoprodução habitacional dos moradores, com utilização de técnicas construtivas adquiridas pelas práticas sociais de autoconstrução que valorizam a cultura local. Os estudos mostram que tal anulação tem provocado efeitos na adaptação das famílias às tipologias habitacionais impostas pelas intervenções governamentais.

Como constatado, a excessiva padronização, os espaços diminutos dos ambientes e a inexistência de flexibilidade construtiva configuram-se como variáveis importantes a serem consideradas nas análises sobre a (in)permanência dos moradores nas UH construídas pelo poder público. Esse modelo de produção resulta da própria dinâmica da sociedade capitalista, para a qual a habitação é entendida como uma mercadoria, ou seja, um bem não mais produzido pelo seu valor de uso, mas sim pelo seu valor de troca. E, sendo vista como mercadoria, a moradia representa valores e significados desvinculados do sentido de lar.

Os resultados da pesquisa apontaram aspectos divergentes entre pessoa-ambiente, que colocam em evidência e levam ao questionamento da produção habitacional padronizada, indicando a necessidade de recondução da metodologia oficial/estatal de produção da habitação de interesse social. De fato, ainda é incipiente o investimento na avaliação das condições criadas para a melhoria da qualidade de vida

da população envolvida com a execução de ações de governo em assentamentos precários. É desafiadora a perspectiva de avaliação da ocupação humana e da produção habitacional de forma conjunta, conforme o objetivo deste grupo de pesquisa.

A complexidade do uso espacial, como é o caso da habitação social, reflete um contexto de produção e ocupação que aponta para algumas discussões frutíferas, colocando a relação entre a habitação e a vida humana no seu devido lugar, na justa medida de influências e efeitos. Considera-se que os resultados desses estudos são relevantes para a avaliação da Política Habitacional governamental que atenda a todo o território brasileiro, incluídas as peculiaridades da região amazônica.

## Referências

- ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Ed.). **Inserção urbana e avaliação Pós-Ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP, 1).
- ALBUQUERQUE, Juliana Guarda de. **Avaliação das características físicas e orçamentárias de empreendimentos do PAR para habitações de interesse social**. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)-Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95527/296846.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- AZEVEDO, Naasson Jorge Duarte de. **Sistema para avaliação de sustentabilidade do ambiente construído**: aplicação à habitação de interesse social na Região Metropolitana do Recife. 2008. 261 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)-Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/5385/arquivo2465\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/5385/arquivo2465_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- BARBOZA, Aline da Silva Ramos; BARBIRATO, João Carlos Cordeiro; SILVA, Marcelle Maria Correia Pais. **Avaliação do uso de bambu como material alternativo para execução de habitação de interesse social**. Ambiente Construtivo, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 115-129, jan./mar. 2008.
- BELÉM (Município). **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal**. Trabalho de Participação Comunitária. Belém, 2001. v. 4.
- COHAB (Pará). **Projeto de Trabalho Técnico Social Riacho Doce**. Belém, 2008a.
- COHAB (Pará). **Projeto de Trabalho Técnico Social Taboquinha**. Belém, 2008b.
- COHAB (Pará). **Plano de Remanejamento Riacho Doce**. Belém, 2011a.
- COHAB (Pará). **Plano de Remanejamento Taboquinha**. Belém, 2011b.

COHAB (Pará). **Projeto de Urbanização Riacho Doce**. Cronograma físico financeiro. Belém, 2014a.

COHAB (Pará). **Projeto de Urbanização Taboquinha**. Cronograma físico financeiro. Belém, 2014b.

GALVÃO, Walter José Ferreira; ORNSTEIN, Sheila Walbe; ONO, Rosária. A avaliação pós-ocupação em empreendimentos habitacionais no Brasil: da reabilitação aos novos edifícios. In: VILLA, Simone B.; ORNSTEIN, Sheila W. (Org.). **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Texto, 2013.

GAYOSO DA COSTA, Solange Maria. Habitações e redes sociais: a lógica do uso da casa em ocupações urbanas. **Papers do NAEA**, Belém, n. 256, 2009.

LIMA, Mariana Monteiro Xavier de. **Análise de inadequações projetuais do setor serviço sob a ótica da geração de valor para o usuário em habitação de interesse social**. 2011. 261 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)– Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.pec.ufc.br/files/DissertacaoMarianaMonteiroVersaoFinal.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

LOGSDON, Louise. **O programa minha casa, minha vida em Cuiabá-MT: uma análise da qualidade dos projetos destinados às famílias de baixa renda**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Programa de Pós-Graduação

em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100364/310273.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. Diretrizes especiais para regularização urbanística, técnica e fundiária de conjuntos habitacionais populares. In: ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Ed.). **Inserção urbana e a Avaliação Pós-Ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare; FINEP, 1).

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; CHIARELLI, Ligia Maria de Ávila; TILLMANN, Patrícia; QUANDT, Michelle Muller. Gestão habitacional para uma arquitetura sustentável. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 49-61, jul./set. 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/KENTON/Downloads/3649-12325-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Base de dados PAC/UAP – Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES nº 11/2012.SNH/DHAB/DUAP/CAIXA/IBGE . **MIC, 2012**. (Documento interno).

OLIVEIRA, Carla Barroso de *et al.* **Avaliação de desempenho de habitações sociais: patologias internas**. 2009. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GESTÃO DA ECONOMIA DE CONSTRUÇÃO, 6., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/>

arquitec/Iara/Sibragec.pdf>. Acesso em: 3 fev.2015.

ORNSTEIN, Sheila Walke. Avaliação pós-ocupação: produção nacional e internacional recente e as tendências rumo ao século. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 21., 1993, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENTAC, 1993. v. 2, p. 855-864. Disponível em: <<http://www.infohab.org.br/acervos/buscaautor/codigoAutor/322>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

ORNSTEIN, Sheila Walbe; BRUNA, Gilda Collet. Uma abordagem interdisciplinar: avaliação pós-ocupação e impacto ambiental. In: PHILIPPI Jr, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Almeida; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental**. Barueri (SP): Universidade de São Paulo/Faculdade de Saúde Pública/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Núcleo de informação em saúde ambiental, 2004.

PERES, Lino Fernando Bragança. Avaliação das políticas públicas no âmbito da pós-ocupação da habitação de interesse social. In: ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Ed.). **Inserção urbana e avaliação Pós-Ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitarre/FINEP, 1).

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. **A Dimensão afetiva da arquitetura de espaços habitacionais**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana; GAYOSO DA COSTA, Solange Maria. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana Valente.; HOLANDA, Anna Carolina G.; MOURA, Aldebaran (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz; LAY, Maria Cristina Dias. **Principais fatores afetando a satisfação e o comportamento dos usuários em conjuntos habitacionais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENTAC, 1995. p. 307-312. Disponível em: <[http://www.infohab.org.br/acervos/resumo/codigoAutor/37801/codigo\\_biblio/14060/cod/1#](http://www.infohab.org.br/acervos/resumo/codigoAutor/37801/codigo_biblio/14060/cod/1#)>. Acesso em: 4 fev. 2015.

ROMÉRO, Marcelo; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à Habitação Social**. Porto Alegre: FINEP; ANTAC, 2003. (Coleção Habitarre).

SANCHES, Iara Del' Arco; FABRÍCIO, Márcio Minto. A importância do projeto na manutenção de habitação de interesse social. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GESTÃO DA ECONOMIA DE CONSTRUÇÃO, 6., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/arquitec/Iara/Sibragec.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

SANTOS, Laira Vasconcelos dos. **Avaliação Pós-Ocupação da Habitação de Interesse Social no Brasil**: uma revisão sistemática da literatura. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SOUZA, Alessandra Kelma de; SANTANA, Joana Valente. Política habitacional e (in)permanência das famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização Vila da Barca em Belém, Pará. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 17, n. 1, 2013, p. 171-181.

SILVESTRE, Michelli Garrido. **Influência dos sistemas construtivos nas modificações promovidas pelo usuário em unidades de HIS**: estudo de caso na região do Vale do Paraíba. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Construção Civil)–Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia da Construção Civil, São Paulo, 2013.

Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-15052014-154643/pt-br.php>>.

Acesso em: 26 ago. 2014.

THEOPHILO, Adriana Zanon. **Requisitos de acessibilidade em habitação de interesse social**: um estudo de caso no residencial Vista Bela em Londrina Paraná. 2014. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Projetos de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Londrina, 2014. Disponível em:

<<https://www.dropbox.com/s/almfo76pxlfym9h/Adriana%20Zanon%20Theophilo.pdf?dl=0>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALE, Kátia Cristina do. **Avaliação Pós-Ocupação do Conjunto Residencial Gervasio Maia/PB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental)–Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.